


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria das Sessões

e-DOC BDB23BC8-e
Proc 10638/2018

ACÓRDÃO Nº 77/2019

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PUBLICADO(A) NO DODF Nº 70
EM 12/4 DE 2019 PÁGINA(S) 28


Secretaria das Sessões

Ementa: Tomada de Contas Anual. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG. Exercício financeiro de 2015. Contas julgadas regulares com ressalvas. Determinação. Quitação às responsáveis.

Processo TCDF: 10.638/2018-e.

Nome/Função/Período: Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária de Estado, de 1º/1 a 31/12/15 e Luciana Cristina Aguiar de Carvalho, Subsecretária de Administração Geral, de 27/01 a 31/12/2015.

Órgão: Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG.

Relator: Conselheiro Márcio Michel.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCD: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque.

Falhas e impropriedades: *subitem 1.2 - Ausência de justificativa para a indicação de um mesmo executor para mais de três contratos, do Relatório de Inspeção nº 1/2018 - DIGOV/COIPG/COGEI/SUBCI/CGDF (e-DOC EACEAD2Fe); Item 3 - Bens com plaqueta do GDF que não estão relacionados na carga geral da unidade; Item 4 - Bens sem plaqueta de tombamento/plaqueta extraviada; Item 5 - Bens ociosos e inservíveis; Item 6 - Bens com plaquetas de outros órgãos; Item 7 - Movimentação informal de bens entre órgãos/usuários; Item 8 - Falhas nos controles dos bens provenientes de doação; Item 9 - Falhas nos controles dos bens adquiridos com recursos de convênio; e Item 10 - Bens localizados pela comissão inventariante sem plaqueta de tombamento e sem informação de sua origem, todos do Relatório de Bens Móveis n.º 62/2016 - SEF (e-DOC 31788CA7-e).*

Determinações (Lei Complementar nº 1/1994, art. 19): Determinação aos atuais ordenadores de despesas e demais responsáveis da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLAG, para que adotem as medidas necessárias com vistas a evitar a ocorrência de impropriedades semelhantes às indicadas acima nas futuras contas anuais.

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando a manifestação emitida pelo Controle Interno no seu Certificado de Auditoria e o que mais consta do processo, assim como as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto à Corte, **acordam** os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator deste feito, com fundamento nos arts. 17, inc. II, e 19, da Lei Complementar nº 1/1994, julgar **regulares com ressalvas** as contas em apreço, em face das mencionadas impropriedades, dando **quitação** às indicadas, nos termos do art. 24, inc. II, da referida lei.

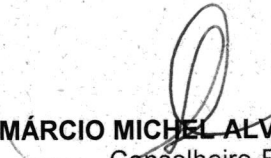
ATA da Sessão Ordinária nº 5117, de 4 de abril de 2019.

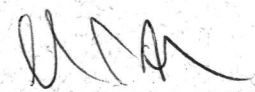
Presentes os Conselheiros: Manoel de Andrade, Renato Rainha, Inácio Magalhães, Paulo Tadeu, Paiva Martins e Márcio Michel

Decisão tomada por unanimidade.

Representante do MPJTCD presente: Procurador Demóstenes Tres Albuquerque.


ANILCÉIA LUZIA MACHADO
Presidente


MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA
Conselheiro-Relator


DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE
Procurador do Ministério Público
junto à Corte